

**Edson José de Meneses Alves \***

*edsonjose355@gmail.com*

**Bruno Augusto Dornelas Câmara \*\***

*bruno.camara@upe.br*

### **Resumo:**

Este presente artigo tem como objetivo analisar os principais movimentos brasileiros com discussões sobre a ideia de implantar uma república entre 1789 e 1824 e descobrir quais países e/ou quais épocas foram as principais inspirações para o desenrolar dos respectivos movimentos. Para isso, iremos analisar os seguintes casos: as Conjurações Mineira e Baiana, em 1789 e 1798, respectivamente, além dos movimentos ocorridos em Pernambuco e partes do atual Nordeste em 1817 e 1824. Para isso, contaremos a construção do conceito “matrizes republicanas”, desenvolvido pelas autoras Heloisa Starling e Lilia Schwartz. Aqui não só a república terá destaque, ideias como federalismo, autonomia e escravidão ganharão destaque. São nessas discussões republicanas que a atividade da imprensa também obteve um papel significativo, seja na forma de uma imprensa clandestina, na importação ilegal de livros para o Brasil, como também na imprensa periódica, utilizando de pasquins e jornais para manifestar o apoio ao novo sistema de governo, a república. Diante de tais abordagens, este trabalho servirá como um auxílio a comparar alguns dos movimentos republicanos brasileiros e nos que eles diferem um dos outros. Esta pesquisa foi desenvolvida através de um trabalho de conclusão de curso e serve como uma introdução aos estudos da temática republicana que serão desenvolvidas em futuras pesquisas.

### **Palavras-chave:**

República. Matrizes republicanas. Imprensa.

### **Abstract:**

This present article aims to analyze the main Brazilian movements with discussions about the idea of implanting a republic between 1789 and 1824 and discover which countries and/or which eras were the main inspirations for the unfolding of the respective movements. For this, we will analyze the following cases: the Mineira and Baiana Conjurations, in 1789 and 1798, respectively, in addition to the movements that occurred in Pernambuco and parts of the current Northeast in 1817 and 1824. For this, we will tell the construction of the concept “republican matrices”, developed by authors Heloisa Starling and Lilia Schwartz. Here, not only the republic will be highlighted, ideas such as federalism, autonomy and slavery will be highlighted. It is in these republican discussions that the activity of the press also played a significant role, whether in the form of a clandestine press, in the illegal importation of books into Brazil, as well as in the periodical press, using lampoons and newspapers to express support for the new system of government, the republic. Faced with such approaches, this work will serve as an aid to compare some of the Brazilian republican movements and in which they differ from one another. This research was developed through a course completion work and serves as an introduction to republican thematic studies that will be developed in future research.

### **Keywords:**

Republic. Republican matrices. Press.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

\*\* Professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns e docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Docente colaborador no PPGH/UFPE.

## 1 Introdução

“A República é filha de Olinda”. É assim que um dos versos do Hino do Estado de Pernambuco, composto por Oscar Brandão da Rocha, relata sobre os primeiros passos para a formação de uma república no Brasil, em alusão à Guerra dos Mascates, ocorrida entre 1710 e 1711, entre senhores de terras e donos de engenhos que moravam em Olinda e os comerciantes portugueses, residentes no Recife e chamados, de maneira pejorativa, de mascates. Através desse movimento foi que, em 10 de novembro de 1710, Bernardo Vieira de Melo, conhecido por ter comanda tropas que pôs fim ao Quilombo dos Palmares, realizou um discurso na Câmara do Senado de Olinda, registrando que a então Capitania de Pernambuco deveria se separar do Brasil, colônia de Portugal na época, aderindo à república como forma de governo. Com uma simples menção, a ideia em torno de formar um governo regido por uma república começava a refletir entre os habitantes de várias localidades da colônia portuguesa na América.

Os movimentos que surgiram depois, como a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e os ocorridos em Pernambuco, em conjunto com a Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte,<sup>1</sup> em 1817 e 1824, apresentaram um caráter republicano, cada um com suas peculiaridades para aplicar o melhor molde de república. Além desses, temos outro destaque, agora do início da Regência e o começo do Segundo Reinado, que é a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845).

O presente trabalho é uma tentativa de entender as várias facetas da ideia republicana no Brasil do fim do século XVIII. Entre 1789 e 1824 ocorreram, no Brasil, uma eclosão de diversos movimentos concentrados em regiões específicas e por inúmeras causas, sendo o ideal de republicanismo, por muitos deles, visto como a solução para a resolução dos problemas. Esses movimentos tiveram fortes influências estrangeiras, sendo a Revolução Americana, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, as principais ideias e referências circuladas entre os participantes. Houve, entretanto, novas ideias, ou melhor, “matrizes republicanas” de outras localidades que também ajudaram a fomentar o ideal republicano no território brasileiro.

Será abordado dois desses movimentos, a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana. Ambos, assim como os posteriores que ocorreram na história brasileira, receberam significativas influências da Revolução Francesa e dos ideais iluministas, não deixando de lado também o êxito da Revolução Americana (1776). Outro aspecto que merece uma consideração é o papel da maçonaria, responsável por influenciar debates políticos nestes movimentos e, como destaque, a maçonaria francesa inspirou muitos conjurados em relação aos ideais iluministas e republicanos.

---

<sup>1</sup> O território do Brasil era dividido em “províncias do Norte” e “províncias do Sul”, por isso que frequentemente veremos, nos estudos sobre esses dois movimentos, aparecendo termos como “nortistas”, “Brasileiros do Norte” ou até mesmo “províncias do Norte”.

No âmbito da discussão desta pesquisa, podemos apontar que a ideia republicana não era o principal fator para ocorrer o movimento, mas sim, vista como um instrumento para alcançar as pautas a quais estavam sendo proclamadas e reivindicadas. Vale lembrar que o sistema republicano, jamais visto até então na América do Sul, tornasse uma espécie de solução contra o poder despótico que expressava o Antigo Regime na colônia até 1822. O objetivo primordial não é abordar todos os motins, insurreições e revoluções que tiveram ou aparentavam ter uma causa republicana, mas sim, selecionar dois movimentos específicos para uma contextualização da ideia como um todo e poder comparar as diferentes formas de se pensar a república.

## **2 Os primeiros movimentos republicanos no Brasil: as conjurações em Minas Gerais e na Bahia**

A Conjuração Mineira foi delatada em 1789, mas foi planejada por alguns anos antes dessa data. Seu grande símbolo foi Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, apesar de não ser o principal personagem da questão, mas sim, o que mais ficou conhecido nos estudos feitos posteriormente. Além dele, participaram outros membros: Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga (ambos poetas), Inácio José de Alvarenga Peixoto (advogado), entre outros. Para entendermos o contexto do movimento e seu caráter republicano é preciso observar a conjuntura que assolava a região no período: a busca cada vez mais por pedras preciosas, principalmente o ouro e, tempos depois, a sua escassez.

As riquezas da capitania de Minas Gerais, exploradas já há bastante tempo, começaram a apresentar um decréscimo, isso implicava fielmente na arrecadação de impostos que iriam para a Coroa portuguesa. No território mineiro era especulado que a Coroa portuguesa iria impor um novo tributo, chamado *derrama*, que seria aplicado caso a arrecadação através do *quinto* (imposto que recolhia 20% de todo o ouro extraído das minas) não voltassem a gerar lucros maiores. Com isso, os guardas reais teriam a liberdade de entrar na casa de todos, fossem eles ricos ou pobres, e confiscar tudo que achasse necessário para compensar a falta de arrecadação dos impostos. Soma-se a isso, o fato da rainha do Reino de Portugal, Maria I, ter proibido qualquer tipo de indústria manufatureira no Brasil, o que acabava afetando o desenvolvimento da região. Portugal dependia claramente do ouro arrecadado para manter suas relações comerciais com a Inglaterra e continuar seus investimentos em templos e igrejas.

Segundo Isabel Lustosa (2004, p. 27), dos membros da elite mineira, composta por brasileiros e portugueses, uma parcela significativa tinha estudos excelentes na Europa, principalmente em Coimbra (Portugal) e na França. Com isso, era natural que parte dessa população se contagiasse com o que a autora chamou de “febre do século”, que seria “o culto à Razão e à Liberdade”, levando em consideração a maneira extremamente autoritária que a Coroa portuguesa implantou em terras brasileiras.

Desse modo, essa “liberdade” foi se agregando a outros fatores que influenciaram decisivamente em um movimento ímpar na história do Brasil Colônia. Frente a esses problemas, Tiradentes e outros pensadores das Minas de sua época, começaram a idealizar uma república na localidade. A concepção era inovadora, mas precisava também de um apoio da população local para a expansão e concretização dessas ideias. Dessa forma, Tiradentes foi o encarregado de convencer a população através de seus diálogos a aderirem ao movimento de contestação nas Minas.

Tiradentes tinha uma boa oratória. Heloísa Starling (2018) nos lembra da força de persuasão que ele detinha, conseguindo convencer cada cidadão sobre a importância de se libertar do jugo português e declarar uma república no território, independente politicamente de Portugal, que tanto prejudicava o desenvolvimento não só daquela região, mas de todas as capitanias da colônia. Por sinal, em várias províncias que houve movimentos rebeldes, sejam contra a Coroa portuguesa como também na época do Brasil Império, existia a ideia de que Portugal foi o grande responsável pelo atraso ou o “não desenvolvimento” do Brasil perante a sua economia. Nesse caso, líderes como Tiradentes, nas Minas, e Manuel Paes de Andrade, em Pernambuco, procuraram persuadir a população, sempre fazendo ataques ao Antigo Regime e como ele acabou não deixando determinadas localidades se desenvolverem economicamente.

Voltando ao caso das Minas, Tiradentes tinha os argumentos para qualificar para cada tipo de público-alvo e, segundo Heloísa Starling, “escolhia com cuidado as frases com que devia aliciar novos partidários, conforme percebia as características e os interesses de seu interlocutor” (STARLING, 2018, p. 128). Era uma tarefa árdua e complicada, por isso, como nos lembra Starling (2018, p. 132-133), os conjurados buscaram formar um “vocabulário político” que auxiliassem na hora de conseguir convencer novos cidadãos a aderir a causa mineira, sempre procurando adequar o discurso de acordo com cada pessoa.

Com isso, os intelectuais da causa mineira, como Cláudio de Queiroga, Cláudio Manuel e Luís Vieira (aquele que tinha a biblioteca com o maior poder de revolução), buscaram entender a república em algumas das matrizes republicanas da época, como a francesa e as fomentadas nas treze colônias, e em intelectuais específicos como Montesquieu. Starling ainda aponta que era comum entre os conjurados fazerem trocas de livros para que às ideias estrangeiras pudessem ser conhecidas por todos os participantes do movimento.

Mudar radicalmente um regime político de uma monarquia para uma república não era uma decisão fácil. Uma idealização jamais vista na América portuguesa e, como vários integrantes dos conjurados eram intelectuais e tinham significativas bibliotecas com alto número de acervo de livros sobre o tema, procuraram pegar exemplos republicanos de outras localidades, dentre elas a República dos Estados Unidos, inspiradora para qualquer região que quisesse a liberdade política em relação ao Antigo Regime, principalmente, se os idealizadores tivessem em mente implantar um sistema republicano.

Duas obras literárias moldaram o pensamento republicano em Minas Gerais no contexto da Conjuração Mineira. A primeira delas são as *Cartas Chilenas* do escritor e poeta Tomás Antônio Gonzaga. A obra é composta de versos decassílabos e sem rimas. Na maioria das 13 “cartas” que compõem a obra, é possível perceber a ironia utilizada pelo autor para mostrar os problemas da região juntamente com a agressividade do poder dos mandatários portugueses na capitania. A obra recebeu esse nome por contar as correspondências enviadas por Critilo, morador da cidade de Santiago, uma província do Chile e que pertencia à metrópole espanhola, para seu amigo Doroteu, residente em Madrid, cidade espanhola. Essas cartas, em pleno século XVIII, eram uma forma de fazer com que o leitor entendesse a crítica realizada, em que, na verdade, Critilo seria o próprio Tomaz, e o destinatário Doroteu seria Cláudio Manuel da Costa, também participante do movimento. Já as cidades envolvidas também eram uma sátira, já que Santiago seria a província de Minas Gerais e a metrópole Espanha, na verdade, era Portugal.

A segunda fonte literária utilizada pelos conjurados e, talvez, a mais problemática, é um livro francês denominado *Recueil de loix constitutives des colonies anglaises confédérées sous la dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale*. Considerada o texto sagrado dos conjurados, a obra continha uma coletânea de documentos a respeito da então nascida República dos Estados Unidos, tais como a Declaração de Independência, Artigos da Confederação e a Constituição de seis dos treze estados que formaram os Estados Unidos: Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virgínia e Carolina do Sul. Mas, como essa obra francesa chegou ao Brasil e quem as trouxe? Qual era o interesse dos conjurados para ler uma obra que falava dos Estados Unidos em língua francesa? E o que aconteceu com esses exemplares e outros livros que possivelmente construíram uma moldura do pensamento republicano dos participantes da conjuração? Essas questões fazem com que compreendamos melhor como a ideia de república foi chegando no Brasil ao ponto de moradores quererem implantá-la, a qualquer custo, em solo brasileiro, mesmo com uma grande repressão por parte de Portugal.

O *Recueil* chegou ao Brasil clandestinamente através de dois estudantes. José Álvares Maciel e José Pereira Ribeiro, que fizeram seus estudos na Europa. Álvares Maciel se graduou em Filosofia Natural, em Coimbra, enquanto Pereira Ribeiro voltava com o diploma de Bacharel em leis, também em Coimbra (STARLING, 2018, p. 162-164). De volta, traziam ideias sediciosas que poderiam mudar o rumo político das Minas Gerais. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1788, Álvares Maciel procurou logo Tiradentes para que ele pudesse ler o livro e complementar suas ideias de cunho republicano. Quando percebeu que estava sendo seguido sempre a mando do vice-rei, D. Luís de Vasconcelos e Souza, Tiradentes entrega esse exemplar do *Recueil* a um subordinado com a missão de que repassasse aos outros membros envolvidos na Conjuração (STARLING, 2018, p. 161-162).

O que aconteceu, porém, para a infelicidade de Tiradentes, é que o livro foi parar nas mãos do visconde de Barbacena, que ficou atordoado ao ler aquelas palavras sediciosas que colocavam em risco o

futuro da monarquia na região. Barbacena ordenou que fosse aberto uma devassa (separadamente em relação a devassa do movimento de 1789) para apurar como que livros desse porte estavam entrando no Brasil. É de se esperar uma surpresa muito grande por parte do visconde, já que livros desse nível não eram publicados no Brasil e para alguém ter acesso era preciso muita coragem para enfrentar as autoridades e fiscalizações nos portos. Esse livro ficou desaparecido por muito tempo no Brasil, até ser encontrado em Santa Catarina (STARLING, 2018, p. 162). Atualmente ele se encontra no Museu da Inconfidência, em Minas Gerais.

O destino de um dos exemplares ficou esclarecido, mas e o outro? Qual foi o seu destino? O que se sabe simplesmente é que a outra edição do *Recueil* apareceu em Pernambuco e tinha as mesmas características do “desaparecido” em Minas Gerais, mais precisamente durante a Revolução Pernambucana de 1817, e enlouqueceu os membros do governo provisório montado após a vitória inicial no movimento. Coincidência? Talvez. O *Recueil* continha um grande manual de vários documentos republicanos, era um guia prático de como montar uma República. A história continua ainda mais enigmática quando aparece um senhor, já com sessenta anos, chamado Luís Fortes de Bustamante, e que, segundo os boatos que circulavam no Recife, estivera envolvido no movimento em Minas e teria fugido para Pernambuco. Fato é que quando a Revolução Pernambucana é deflagrada, Bustamante foge para os Estados Unidos. Essa relação entre o *Recueil* e Bustamante pode até ter sido uma mera coincidência, mas é uma prova que demonstra que as ideias republicanas iam se espalhando cada vez mais rápido por todo o território brasileiro (STARLING, 2018, p. 163).

É bem verdade, também, que os conjurados procuraram acordo com outros países para pedir ajuda no movimento, dentre eles, Estados Unidos e França. Inicialmente, houve um grande contato com Thomas Jefferson através de cartas. O primeiro contato foi de José Joaquim Maia e Barbalho (porém, usando o pseudônimo de Vendek). Barbalho estudava em Coimbra e, posteriormente, em Montpellier, na França, onde ocorreu o contato. Possivelmente, foi convencido por comerciantes e pessoal da alta patente da Conjuração a entrar em contato com Jefferson. Na carta, Barbalho foi direto nas palavras ao afirmar:

Sou brasileiro e sabeis que a minha desgraçada pátria geme em atroz escravidão, que se torna todos os dias mais insuportável depois da vossa gloriosa independência, pois que os *bárbaros portugueses nada poupam para tornar-nos desgraçados com medo que vos sigamos as pisadas, [...] estamos decididos a seguir o admirável exemplo que acabais de dar-nos e, por conseguinte, quebrar as nossas cadeias e fazer reviver a nossa liberdade [...]. Mas cumpre que haja uma potência que dê a mão aos brasileiros [...]. Isto posto senhor, é a vossa nação que julgamos mais própria para ajudar-nos, não somente porque foi quem nos deu o exemplo, mas também porque a natureza fez-nos habitantes do mesmo continente e, por conseguinte, de alguma sorte compatriotas; pela nossa parte estamos prontos a dar todo o dinheiro que for necessário e a manifestar a todo tempo a nossa gratidão para com os nossos benfeitores (ADIM, 2016, p. 21-22, grifo nosso).*

A carta, datada de novembro de 1786, obteve resposta de Jefferson em dezembro do mesmo ano. Jefferson procurou não criar muitas expectativas da adesão dos Estados Unidos à causa mineira, muito

menos emitir sua opinião crítica a respeito do fato, apenas afirmando que iria passar o conteúdo da conversa ao congresso. Em carta a John Jay, então secretário das Relações Exteriores da Confederação, Jefferson relata o conteúdo da conversa que obteve com Vendek e pediu para que repassasse ao Congresso. Admite que os mineiros estão animados pela causa republicana, porém não tinha quem os apoiasse. Nesse sentido, a ajuda e apoio dos Estados Unidos seria de fundamental importância.

[...] Consideram a revolução norte-americana como precursora da deles. Olham os Estados Unidos como o mais capaz de dar-lhes honesto apoio e, por uma variedade de considerações, nutrem a nosso favor as mais fortes suposições. O meu informante é natural do Rio de Janeiro, a presente metrópole, onde ele mora, e que conta 50 mil habitantes. Ele conhece bem São Salvador, a antiga capital, assim como as Minas de ouro que se acham no centro do país. Todas estas partes são favoráveis à revolução, e como formam o corpo da nação, as demais partes hão de acompanhá-las. Como Portugal está desprovido de exército e marinha, não poderia tentar uma expedição antes de um ano. À vista dos meios exigidos por essas forças é provável que nunca Portugal tentasse segunda expedição. Na verdade, interceptada a fonte de sua riqueza, mal poderia tentar o primeiro esforço. A parte sensata da nação está tão persuadida disto que considera a separação inevitável no tempo. Reina entre brasileiros e portugueses ódio implacável (ADIM, 2016, p. 28-35, grifo nosso).<sup>2</sup>

Jefferson relatou na carta também a existência de uma certa rivalidade entre os brasileiros e os portugueses. Em relação à ajuda dos Estados Unidos à causa mineira, para a infelicidade dos conjurados, não funcionou. O país tinha acabado de fechar um tratado comercial com Portugal e não estava disposto a entrar em um conflito incerto, mas, em caso de sucesso, traria um retorno enorme aos norte-americanos. Tentaram contato também com a França, mas novamente sem sucesso, já que os franceses estavam concentrados em sua própria revolução. Os planos dos conjurados eram excelentes, o desenrolar para retirar os mandatários portugueses dos postos políticos também. A ajuda dos Estados Unidos não veio e, conseqüentemente, as Minas ficaram sozinhas. Houve a deflagração do movimento quando Joaquim Silvério dos Reis delatou os planos da conjuração. A Coroa abriu uma devassa para punir todos os envolvidos.

Kenneth Maxwell, um dos autores mais importantes no que diz respeito aos estudos da Conjuração Mineira e o primeiro autor a traduzir o *Recueil* para o português, faz uma excelente análise do movimento de 1789. Segundo ele, se tal acontecimento tivesse atingido os objetivos e as Minas ficassem independentes de Portugal, isso faria um estrago enorme nos rumos de domínio da Coroa portuguesa no Brasil. Isso porque, outras causas republicanas e separatistas iriam eclodir no território brasileiro em busca também de sua independência. De acordo com Maxwell, “se tudo ocorresse conforme os planos e a derrama fosse imposta em fevereiro de 1789, como se esperava, teria sido desencadeada uma ação que poderia, em última instância, desfechar um golpe arrasador no domínio português sobre o Brasil” (MAXWELL, 1989, p. 23). Fato é que, mesmo com as tentativas portuguesas de abafar o caso ocorrido em Minas Gerais, houve repercussão do movimento em várias localidades da colônia.

---

<sup>2</sup> Uma curiosidade que deve ser destacada é que, passando todas as notícias que ocorriam, Jefferson relata a Jay que um mexicano também o procurou para que os Estados Unidos ajudassem numa possível Guerra de Independência do hoje México contra a Espanha.

Já a Conjuração Baiana, deflagrada em 1798, foi mais um movimento republicano, porém com fortes participações do povo comum. Nove anos separam do último movimento que ganhou notoriedade, a Conjuração Mineira. O que se viu no movimento baiano, diferentemente do mineiro, foi a participação de pessoas que estavam à margem da sociedade, como escravos, ex-escravos, homens livres pobres, trabalhadores da cidade e demais membros das classes populares. O ideal republicano presente foi baseado nas ideias francesas de 1789. Na visão de Isabel Lustosa, o caso baiano pode ser considerado "a mais popular das insurreições que antecederam a Independência" (LUSTOSA, 2004, p. 28).

Tudo começou com o surgimento de panfletos sediciosos falando sobre um novo sistema de governo: a república; e convocando a população a aderir à causa. A elite dirigente da cidade de Salvador ficou abismada com tamanha audácia. O mesmo sentimento era compartilhado pelo governador da Bahia na época, Fernando José de Portugal e Castro, um homem que não tinha a fama de bom governante. Mas isso era pouco comparado ao que estava por vir. Alguns meses depois, na manhã do dia 12 de agosto de 1798, a cidade de Salvador amanheceu infestada de panfletos com francesias, deixando as autoridades do governo atordoadas (STARLING, 2018, p. 209).

Quem estava colocando os panfletos, conhecia bem Salvador. Colocava esses “manuscritos sediciosos” em lugares de maior circulação de pessoas, para que mais gente conhecesse o que estava escrito ali e pudesse, talvez, aderir à causa republicana. Segundo Starling:

Todos os panfletos foram afixados em locais onde dominava o burburinho do comércio ou corria a vida pública de Salvador: na esquina na praça do Palácio [...], o Corpo da Guarda e a Casa de Câmara e a Cadeira; na parede da cabana da preta Benedita, na rua de baixo de São Bento [...], na magnífica fachada rococó da igreja da Ordem Terceira de São Domingos [...], na frente da casa de Manoel Joaquim da Silva [...]. Três panfletos foram encontrados em sacristias de igrejas, igualmente situadas no coração urbano de Salvador: na igreja da Sé, [...] na igreja do Santíssimo Sacramento de Passo, [...] e na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lapa [...] (STARLING, 2018, p. 209-210).

Não se sabe ao certo o número de panfletos que circularam durante a conjuração. O que nos restou até os dias de hoje foi um número bem limitado, apenas dez. O governador da Bahia começou a perceber que esses panfletos não eram obra de apenas um ou outro, mas sim de vários, o que transformava este cenário em um momento de indefinição do futuro da localidade. Para piorar essa situação, tais manuscritos estavam infestados de francesias, aquelas ideias francesas que foram abordadas anteriormente no movimento de Minas Gerais. Entre membros que estavam interessados por essas francesias podemos destacar o baiano Cipriano Barata, que futuramente se envolveu em outros movimentos republicanos. O medo das ideias sobre os movimentos da Revolução Francesa e a Revolta de São Domingos, atual Haiti, chegarem à Bahia, deixaram o governante preocupado com os rumos do que poderia acontecer.

Patrícia Valim apresenta um grupo heterogêneo de membros que participou da difusão desses panfletos sediciosos. De acordo com a autora, eles se intitulavam como “Anônimos Republicanos”. Em um



desses panfletos, continha uma convocação para a revolução: “O Povo Bahinense (sic) e Republicano ordena, manda e quer que para o futuro seja feita a digníssima Revolução nesta cidade e seu termo” (VALIM, 2019, p. 53-54).

Comparando os movimentos de Minas Gerais e da Bahia, Starling aborda que na Bahia a ideia de liberdade era bem mais abrangente que em Minas, pois ali ela englobava todos, inclusive escravos. Já em Minas isso não ocorreu. Ainda fazendo uma comparação com o caso mineiro, na Bahia, esse movimento apresentou mais uma peculiaridade: os livros manuscritos. No território baiano, livros franceses eram traduzidos e proclamados em público, para todos ouvirem, seja lá qual classe social pertencessem (STARLING, 2018, p. 220).

Através desses panfletos que continham as tais francesias, as autoridades portuguesas presentes no Brasil perceberam que existiam armas piores contra o Antigo Regime do que as *Cartas Chilenas*, das Minas. O fato é que, nem mesmo com a presença dos monarcas no Brasil impediram que ideias “anarquistas” chegassem ao conhecimento da população em busca de pôr fim ao Antigo Regime na Bahia.

### **3 “Liberdade! Um teu filho proclama!”: A República em Pernambuco em 1817 e 1824**

Pernambuco, durante sua história, sempre esteve envolvido em movimentos de grande repercussão. Não é de estranhar que o *Diario de Pernambuco*, certa vez, noticiou: “Pernambuco se poderá decerto vir a chamar o país das devassas” (*Diario de Pernambuco*, n. 40, 19/02/1829). As quatro datas de extrema importância para o estado 1710, 1817, 1824 e 1848, produzem um sentimento de orgulho para o povo da região.

A respeito de 1710 e 1848 é algo que foge o recorte temporal desta pesquisa. Sobram, então, mas não menos importantes, muito pelo contrário, 1817 e 1824, duas datas de enorme relevância para os pernambucanos e fundamental para a história não só regional, mas também nacionalmente falando, e, ademais, para entendermos como foi o processo das ideias republicanas no Brasil desde seus primórdios.

O nativismo pernambucano, para quem estuda mais profundamente as quatro datas de maior importância da região, irá perceber sempre referências ao sucesso na Insurreição Pernambucana (1645-1654), quando ocorreu a expulsão dos holandeses do território brasileiro colocando um ponto final na dominação holandesa na região, iniciada em 1630. Na visão dos pernambucanos não houve ajuda por parte de Portugal e que os méritos da vitória e expulsão dos holandeses foram de cunho exclusivo dos moradores de Pernambuco e que estes aceitaram por livre e espontânea vontade voltar a fazer parte do território português.

Infelizmente, em muitas ocasiões, escritores acabam deixando de lado os movimentos ocorridos em Pernambuco de 1817 e 1824, principalmente o primeiro, fazendo severas diminuições a um movimento de

cunho importantíssimo na história brasileira, pois foi o primeiro movimento contra a Coroa que conseguiu romper a barreira da teoria, chegando na prática, embora não durado mais que 75 dias. O movimento de 1817, por exemplo, proclamando a ruptura do Reino de Brasil, Portugal e Algarves ocorreu cinco anos antes do “grito do Ipiranga”, demonstrando que as pessoas já pensavam em uma separação de Portugal antes mesmo do sete de setembro de 1822.

Os acontecimentos de caráter republicano em Pernambuco e parte das “províncias do Norte”, porém, não foram levados em consideração após a Proclamação da República, em 1889. Tal fato é que José Domingues Codeceira no livro *A ideia republicana no Brasil*, de 1898, aponta que Tiradentes não poderia ser escolhido o mártir da república. Tal posto poderia ter sido atribuído a um dos vários membros de Pernambuco pela participação em 1817 e/ou 1824. Para Codeceira, “Tiradentes morreu como um bom católico, e não como o herói padre Roma” (CODECEIRA, 1894, p. 121).

Socorro Ferraz também deixou suas contribuições no que diz respeito aos movimentos liberais e republicanos pernambucanos de 1817 e 1824. Questionando o uso do termo “liberalismo irado” que Raymundo Faoro atribuiu a Pernambuco nos tempos dos dois movimentos citados aqui, Ferraz diz que seria, na verdade, um “liberalismo radical”. Segundo a autora, “em 1817, no sentido que se opôs ao império português e em 1824 ao modelo de Estado proposto por José Bonifácio, incluindo nos dois momentos a resposta da oposição com as armas” (FERRAZ, 2010, p. 27)

O movimento republicano de 1817 começou com o descontentamento por inúmeros fatores dos pernambucanos com a Coroa portuguesa. Lembremos que em 1808, o príncipe regente D. João chegou com a sua corte para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. O Rio de Janeiro, capitania em que o príncipe se instalou, era muito deficitário e era preciso trazer o desenvolvimento para aquela região, mas, para isso, era necessário cobrar ainda mais impostos. E as províncias que conseguiram ter uma economia favorável, como Pernambuco, foram as mais atingidas.

A abertura dos portos em 1808 proporcionou às capitanias do Brasil negociar com outras nações. Dentre elas, as que tiveram melhor êxito foi a de Pernambuco, já que o porto de Recife se caracterizou como um dos melhores, senão o melhor porto do Brasil da época. Com isso, era natural uma maior circulação de pessoas e ideias, dentre elas, as ideias republicanas.

Em 1816, uma grave seca atinge a região, fazendo o açúcar, principal produto da capitania, passar por uma enorme crise, prejudicando, principalmente, as camadas mais pobres da sociedade pernambucana. Para piorar, Pernambuco, através de seus impostos, financiava a iluminação do Rio de Janeiro, algo que a capital Recife nem tinha. O próprio governador da época, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sempre reiterou em cartas à Corte a dificuldade de estar sempre arrecadando mais e mais impostos para sustentar a Coroa no Rio de Janeiro (LEITE, 1988, p. 92). Somado a isso, as ideias revolucionárias da Revolução

Francesa e da Revolução Americana começaram a circular com grande intensidade, desse modo, ocasionando uma assombração ao Antigo Regime.

O movimento, segundo Glacyra Leite, teve início na forma de um “motim militar” e que o desencadear assombrou as estruturas da Coroa portuguesa em Pernambuco. No dia 7 de março de 1817, um dia depois do início do movimento, os participantes da revolução prenderam o governador e instalaram um novo governo na capitania, que virou um território autônomo pelos 75 dias seguintes, além disso, alterando para uma nova forma de governo, dessa vez, a república. Glacyra Leite alerta para semelhanças entre o novo governo pernambucano e de outras localidades com ideias semelhantes, como os Estados Unidos. Para ela, os “rebeldes de 1817” escolheram a forma de um governo com tendências liberais. Entretanto, era perceptível a falta na sua composição de setores “populares”, na qual, agora, teriam como governantes os revolucionários, substituindo os mandatários portugueses (LEITE, 1988, p. 191).

Daí em diante, o Governo Provisório tinha como missão organizar as estruturas enquanto não tinham as eleições de fato. Essa forma de organização temporária, aliás, foi uma influência direta da Revolução Francesa. Foram escolhidos para compor o governo provisório o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, da parte do clero; Domingos José Martins, representando o comércio; José Luís de Mendonça, a magistratura; Manuel Correia de Araújo, a agricultura, e Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa, o setor militar.

Havia a promessa de uma constituição seguindo os modelos liberais, principalmente dos Estados Unidos. Além disso, um conjunto de leis foram criadas pelo governo provisório republicano, denominado de Lei Orgânica, que apresentava artigos de importante destaque, dentre eles, a criação dos poderes Legislativo e Executivo (artigo 1), a religião oficial seria a Católica Romana, porém estaria permitido o culto a outras seitas (artigo 23) e a liberdade de imprensa (artigo 25). Todos os artigos deste conjunto de leis foram publicados pelo frei em uma das edições de seu jornal (*Typhis Pernambucano*, nº 18, 13/05/1824). Como pode-se perceber a ideia de república e de formação de uma Constituição era de cunho prioritário no Governo Provisório.

A influência dos Estados Unidos, quando após a libertação da Inglaterra já proclamara a sua Carta Magna, influenciou de forma significativa, a ponto de Tollenare, um viajante francês e que esteve no Brasil durante a Revolução Pernambucana, descrever em seu livro que "o êxito da federação americana faz virar muitas cabeças" (TOLLENARE, 1905, p. 238). Assim, a vontade de implantar um regime republicano nas colônias do “Norte” foi muito visionada. Mas não eram somente os norte-americanos influenciadores do pensamento republicano pernambucano.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as atitudes iniciais tomadas pelo governo provisório republicano “[...] relacionavam-se com a estruturação do sistema republicano que havia sido instaurado; porém tiveram antes um aspecto exterior e utópico, tais como adoção da bandeira, mudança de tratamento

[...]” (HOLANDA, 1993, p. 219). O que Holanda refere-se, principalmente, é o fato de os pernambucanos adotarem termos bastante utilizados na Revolução Francesa como “patriotas” e “vós”. Era importante, para esse governo, apagar traços da colonização portuguesa, substituindo-lhes, sempre que possível, por características que remetessem ao pensamento republicano.

Houve um projeto expansionista e, ao mesmo tempo, de apoio para a causa da revolução. Internamente, foram convidadas as capitanias da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, além da comarca de Alagoas que na época ainda fazia parte do território de Pernambuco (Alagoas, assim como a Bahia, foram dois grandes aliados para ajudar a Coroa a derrotar o movimento rebelde. Como recompensa, Alagoas ganhou a sua autonomia, não sendo mais um território pertencente a Pernambuco). Praticamente todas, inicialmente, apoiaram o movimento, com exceção da Bahia, que prendeu o emissário José Ribeiro assim que o mesmo chegou no território baiano para convocar o povo daquela capitania a aderir à causa republicana. Em todos os convites às regiões acima, sempre procuravam deixar claro o antagonismo ao Antigo Regime e ao futuro rei D. João VI, a quem era apelidado, em muitas ocasiões, de “tirano”.

No exterior, houve contato com os Estados Unidos e a Inglaterra. O primeiro até conseguiu conversas positivas e o segundo, pelo fato de ainda vigorar o tratado de abertura dos portos, que beneficiava a Inglaterra, não houve acordo. No caso baiano, que além de não ajudar Pernambuco, cedeu o seu território como estratégia militar para ajudar a dispersar o movimento. Frei Caneca, um intelectual de sua época, escreveu criticando tais atitudes. Para Caneca:

Quando no fatal ano de 1817, Pernambuco proclamou a separação de Portugal e o regime democrático, o governo da Bahia, sem esperar ordens superiores, o declarou logo rebelde, e tomou uma atitude hostil, mandando-o invadir com forças terrestres e bloquear com os navios; e o mesmo fez a regência de Portugal, quanto a declaração da rebeldia, e seus portos bloqueados por aquele reino não poder dirigi-nos seu comércio (CANECA, 1875, p. 34).

O descontentamento de Frei Caneca com os baianos era enorme, mostrando uma certa “rivalidade” pelo não apoio ao movimento. Reafirmando que na “divisão das províncias do império e sua independência”, a Bahia não poderia tomar a iniciativa e já fazer algo para conter e acabar com o movimento, mas sim Portugal, a qual era o “dono” do território brasileiro (CANECA, 1875, p. 36).

Já em 1824, um novo movimento que se desencadeou em um teor republicano voltava a surgir, dessa vez contra o já formado e independente Império do Brasil, agora sob a representatividade do Imperador D. Pedro I. Mas, para entender o contexto da Confederação do Equador, é preciso voltar um pouco no tempo. Em 1820, com a Revolução do Porto, em Portugal, as Cortes de Lisboa exigiram a volta de D. João VI para Lisboa, bem como de todo o aparato político e burocrático, o que renderia, ao Brasil, em um curto espaço de tempo, a volta ao *status* de ser apenas uma colônia a servir Portugal.

O filho de D. João, Pedro de Alcântara, e que viria a ser depois o primeiro imperador brasileiro, acabou ficando no Brasil e, com isso, começou-se a articular a independência brasileira. Para conseguir

apoio das elites e do povo brasileiro, Pedro I garantiu que abriria uma Assembleia Constituinte e que o Brasil seria regido por uma constituição, desde que fosse digna do Império e do Imperador. Ele cumpriu a palavra, abrindo a Assembleia Nacional Constituinte em junho de 1822.

Porém, em novembro de 1823, Pedro I mandou fechar a Assembleia Constituinte. Para muitos, dentre eles Frei Caneca, era uma atitude extremamente despótica e que ferveu ainda mais os ânimos nativistas da parte do “Norte” do Brasil, destacando-se, novamente, a participação pernambucana no ato. Em um de seus números em seu jornal *Typhis Pernambucano*, Frei Caneca vai comparar a fechada da Assembleia Constituinte de 1823 com o golpe de 18 de Brumário, ocorrido na França, por Napoleão Bonaparte. Como podemos perceber, apesar do Brasil ser regido por uma Constituição, fatores como o Poder Moderador e a centralidade do aparato burocrático e político no Rio de Janeiro vai criar um “Constitucionalismo disfarçado” no Brasil e, muitas vezes, comparado aos regimes monárquicos e absolutistas do velho continente (*Typhis Pernambucano*, n. 01, 25/12/1823).

É importante deixar em destaque que o movimento ocorrido em 1824 não foi uma continuação da Revolução Pernambucana de 1817, apesar de vários ideais fossem os mesmos, como a ideia de uma república no “norte do país”, liberdade econômica e uma maior autonomia para as províncias. Quanto aos participantes, algumas semelhanças como Manuel Paes de Andrade e Frei Caneca e outras divergências, como o caso do próprio Manuel Paes Barreto e de Pedro Pedroso, participantes ativos de 1817. Pedroso, aliás, merece um destaque. Segundo Franklin Tavora (1990, p. 21), “dentre todos os patriotas que ocupariam o primeiro plano da revolução de 1817, foi Pedroso o de temperamento mais irritável, o de ânimo mais resoluto. Intrépido por extremo, era demasiado pobre desse espírito de prudência, que é o como freio das paixões, e constitui uma grande prenda, se não parte da essência racional que caracteriza o homem”. O tempo de prisão após o movimento de 1817 deve ter feito Pedro Pedroso repensar muito se entraria em um movimento contra o Imperador em 1824.

Haverá também casos curiosos como o do general José Pereira Filgueiras, no qual comandou as tropas portuguesas para repelir o movimento de 1817. Ainda no lado das tropas realistas, lutou contra as forças portuguesas nas lutas de independência e se tornou presidente da província do Ceará em 1823. Mas, em 1824, ele estava dando apoio a Paes de Andrade no movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador. No pós-independência, o caráter centralizador de Pedro I acabou promovendo a insatisfação das elites do “sonho do 7 de setembro”, um lugar que seria “perfeito”, no qual o liberalismo iria reinar. Esse poderia ser também um dos motivos que fez José Pereira Filgueiras apoiar os pernambucanos em 1824.

Após o fechamento da Assembleia Constituinte e da promulgação da primeira Constituição brasileira, em 1824, Pedro I centralizou o poder numa espécie de “absolutismo” concentrado no Rio de Janeiro. Assim, deixou o sonho de autonomia e um federalismo político para as províncias praticamente impossível de ser realizado. Pior: na Constituição, promulgada em 25 de março de 1824, o artigo 165º era

bem explicativo ao afirmar que “haverá em cada Província um Presidente, *nomeado pelo Imperador*, que o poderá remover, quando entender, que assim convém ao bom serviço do Estado” (BRASIL, 1824, artigo 165).

Paes de Andrade, que era o presidente da província após a renúncia da junta comandada por Francisco Paes Barreto, estava, portanto, de forma inconstitucional no cargo de presidente da província de Pernambuco. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as condições que a província de Pernambuco estava seguindo era uma clara evidência que algo iria acontecer, até por conta do “velho espírito republicano” que existia na localidade e que agora vinha agregado com uma novidade: a ideia de federação, o sistema federalista. Holanda ainda acrescenta também que as ideias federalistas eram antigas, mas com as tendências centralizadoras do imperador, essas ideias ganharam muitos adeptos rapidamente (HOLANDA, 1993, p. 227).

A ideia de D. Pedro I era mandar, novamente, para a província, Paes Barreto. A não aceitação dos pernambucanos deu início a mais um conflito. Evaldo Cabral de Mello define o movimento de 1824 como “um sintoma da luta entre as lideranças em nível nacional, regional e local, para influir na direção política dada ao Estado em organização” (MELLO, 2014, p. 59). O autor faz uma ótima observação. Dirigir a província de Pernambuco principalmente após 1817 foi uma tarefa bastante complicada, passando mandatários e o “fantasma de 1817” ainda se perdurando, acentuando ainda mais após a anistia concedida pelas Cortes de Lisboa para todos os presos envolvidos na rebelião de 1817.

D. Pedro I também sabia dessa noção ao indicar Paes Barreto para ser o presidente da província (LEITE, 1989, p. 31). Segundo Cabral de Mello (2014, p. 167), os pernambucanos nunca aceitaram tal autoridade, exigindo que eles mesmos tivessem a autonomia de designar e eleger o seu próprio representante político, daí a busca por uma república federativa e, novamente, com inspiração nos Estados Unidos. Nem mesmo os bloqueios navais comandados pelo almirante Taylor, a mando de Pedro I, foram possíveis para retirar Paes de Andrade e empossar Paes Barreto.

No dia 1 de julho, após fortes rumores que haviam esquadras em Portugal prontas para atacar o Brasil e anexar novamente a ex-colônia ao Império Português, D. Pedro I decretou o fim do bloqueio, que durou três meses, e a volta da esquadra para o Rio, capital do Império (MELLO, 2014, p. 203). Sob forte pressão de conselheiros, em 2 de julho, Paes de Andrade proclamou o seu manifesto anunciando a criação da Confederação do Equador, nome este dado pelo fato da região estar próxima à linha imaginária do Equador (BRANDÃO, 1924, p. 204).

O movimento viria a testar a força política de D. Pedro I. Nas proclamações feitas pelo presidente da Confederação do Equador, Manuel Paes de Andrade, deixa claro que era preciso mudar o sistema político, dando-se a crer e entender que o federalismo deveria reinar sobre o Brasil e, como Pedro I não autorizava tal ato, a única solução encontrada seria a separação política e territorial em relação ao Brasil (LEITE, 1989, p.

108). Dessa forma, Glacyra Leite conclui que vários acontecimentos foram influenciando no quesito de inflamar ainda mais grupos sociais a se rebelar e serem contra o regime imposto pelo Rio de Janeiro. Tais atitudes foram fazendo com que a própria população de Pernambuco e das regiões vizinhas do “Norte” começassem a pensar em outras soluções para esse desfecho. Segundo a autora, “o movimento de resistência que vinha sendo articulado em relação à orientação política do governo central se configurou, então, em rebelião” (LEITE, 1989, p. 108-109).

No primeiro manifesto após o início do movimento contra o autoritarismo de D. Pedro I, Paes de Andrade procurou deixar o sentido da causa da revolução não só em Pernambuco, mas também para suas províncias vizinhas, na qual, para ele, “a causa porque lutamos é a causa de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande [do Norte], do Ceará, do Maranhão, do Pará, do Piauí e do mesmo sul do Brasil” (BRANDÃO, 1924, p. 209). Além disso, prega, em seu manifesto, a legitimidade do poder do imperador e da questão referente à escravidão. O presidente demonstrava uma confiança enorme pela solidificação do movimento, quando, no continuar do seu manifesto, afirmando que tropas de cidades do interior como Caruaru, Bezerros e Garanhuns, apresentando a tese que as ideias republicanas não ficavam restritas apenas à área litorânea da localidade (BRANDÃO, 1924, p. 209-210).

Como se pode notar, desde 1817, os ânimos em Pernambuco não eram mais os mesmos. Diversos fatores culminaram na eclosão da Confederação do Equador. Podemos citar as punições impostas aos participantes de 1817, além do fechamento da Assembleia Constituinte de 1823. Pedro I deixava a entender que seu governo teria um tom despótico e absolutista, apesar de ter uma constituição. Por fim, abandonar a defesa das “províncias do Norte” para proteger o território do Rio de Janeiro foi mais um motivo.

Paes de Andrade soube usar disso de uma forma que clamaria para os “habitantes do norte” a aderirem à causa da revolução, um movimento que, apesar de em quase nenhum registro citar a palavra república, tinha seus ideais presentes. Após a proclamação, em 2 julho, foram feitos alguns decretos de suma importância para o desenvolvimento daquela “nação” que estava surgindo. Sempre fazendo referência aos “Brasileiros do Norte”, Paes de Andrade decretou o fim do tráfico negreiro, convocação para a Assembleia Constituinte que seria realizada no dia 17 de agosto, além de cartas convocando todas as províncias vizinhas para participarem do movimento.

Em relação ao tópico abordado, a questão do fim do tráfico trouxe para a Confederação do Equador duas visões distintas. De um lado, seria o pontapé para no futuro acabar com a escravidão das “províncias do Norte”. Por outro lado, entretanto, o medo do fim da escravidão deixava muitos senhores proprietários de escravos receosos quanto ao apoio ou não em prol da causa de um movimento contra o Rio de Janeiro. Isso mostra, por exemplo, que dentro do grupo que liderava a Confederação do Equador, existiam duas linhas de pensamento, uma favorável a uma futura abolição da escravatura e outra totalmente contrária.

Enquanto à questão no que se refere a clamar por outras províncias, como Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará, era uma forma de conseguir um maior apoio ao movimento, principalmente, no quesito ao apoio baiano, valendo destaque, que a Bahia não só não apoiou a Revolução de 1817 como ajudou as tropas de D. João VI a derrotar os rebeldes que àquela altura também queriam implantar uma república. Segundo Ulysses Brandão:

As questões levantadas pelos rebeldes pernambucanos para atrair o apoio de outras províncias do “Norte” para sua causa giravam, portanto, em torno de alguns pontos fundamentais como a oposição entre as províncias do Norte e as do Sul. Essa oposição nasceu do apoio que, dizia-se, o Sul dava ao Imperador, acusado de abandonar o “Norte” diante da iminência de uma invasão de tropas portuguesas. O Imperador era ainda acusado de sugar as rendas das províncias setentrionais em favor das do Sul; de exercer o despotismo, dissolvendo a Assembleia Geral Constituinte, e de impor o juramento de uma Constituição ilegítima (BRANDÃO, 1924, p. 112).

Percebe-se que uma Assembleia Constituinte que criasse uma carta constitucional era algo que tocava muito o sentimentalismo, principalmente das “províncias do Norte”. Enquanto o Rio de Janeiro aceitava tal atitude, as outras províncias procuravam reverter essa situação, daí um dos primeiros desejos após a proclamação da Confederação do Equador, era convocar a tal assembleia e criar uma Constituição. Frei Caneca foi um dos grandes apoiadores para a realização do movimento em 1824. Muito dedicado e com uma grande influência sobre uma grande massa populacional, ele opinou sobre a importância de se ter uma constituição. Para ele,

Uma constituição não é outra coisa, que a ata do pacto social, que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade. Esta ata, portanto, deve conter a matéria, sobre que se pactuou, apresentando as relações, em que ficam os que governam, e os governados, pois que sem governo não pode existir sociedade” (CANECA, 1875, p. 41, grifo do autor).

Tal constituição seria importante para a Confederação do Equador e um esboço desse projeto, felizmente, chegou e perdura até nossos dias. Percebe-se o quanto era avançado o plano dos “federados do Norte” em busca de uma república federativa e autônoma para todos que aderissem a ela. A ideia de uma república federalista, tanto defendida por Frei Caneca, Paes de Andrade, entre outros, e a sua pertinência em todo momento, para Silvia Fonseca (2016, p. 243), estaria ligada à “noção de liberdade, entendida como base na linguagem republicana”. Era preciso que cada província escolhesse seus representantes, na visão dos confederados, para que o país pudesse se desenvolver, e não um poder absoluto e centralizado nas mãos do Rio de Janeiro. Outro defensor e importante jornalista na luta pela propagação das ideias republicanas no Brasil foi o baiano Cipriano Barata. Na visão de Barata, participante da Conjuração Baiana de 1798 e da Revolução Pernambucana de 1817:

Eu aponto o governo federativo como melhor para o Brasil, atenta sua grandeza, distância das Províncias; sua independência [...]. eu não posso obrigar a que se adote a forma de Governo Confederativo; só o lembro e acho que convém e que é o melhor em o nosso caso; estou persuadido à



vista do Projeto que se apresenta que a luta é fazer do Brasil todo uma senzala de Escravos, de joelhos aos pés do Imperador e do Despotismo, por meio de uma Constituição Absoluta mascarada (Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, n. 62, 05/11/1823).

O movimento de 1824 foi duramente derrotado pelas tropas de D. Pedro I e da ajuda de mercenários oriundos da marinha inglesa. Durante o processo condenatório, destaque para Frei Caneca, um dos maiores líderes do movimento, que foi fuzilado em praça pública em janeiro de 1825, deixando um de seus poemas mais conhecidos pelo título de *Marília*, que ficou imortalizado quando se estuda a Confederação do Equador.

Outros, como Paes de Andrade, acabou fugindo e se exilando nos Estados Unidos, quando só voltou após uma anistia concedida agora por Pedro I. De fato, os pernambucanos, principalmente, nunca engoliram tamanha repreensão do Imperador com Pernambuco, valendo o destaque que Pernambuco perdeu mais uma parte de seu território, agora a Comarca do São Francisco, hoje território baiano. Em 1972, quando se completava 150 anos da independência do Brasil, os restos mortais de Pedro I foram trazidos para o Brasil e houve até protestos liderados por intelectuais pernambucanos contra tal atitude (Diário de Pernambuco, n. 139, 11/07/2007).

#### 4 Considerações finais

A pesquisa presenciou um debate sobre as formas de república pensadas em cada um dos movimentos apresentados nos séculos XVIII e XIX. Com isso, são perceptíveis as semelhanças e diferenças presentes entre si. Em todas buscam a liberdade, a autonomia, porém, a forma de organizar o aparato é bastante divergente. Com exceção da Bahia, todos foram manobrados pelas elites, insatisfeitas com os rumos políticos do momento. Cada movimento aqui trabalhado deixou um legado importante para a história brasileira e merece um olhar especial da historiografia: enquanto em Minas Gerais apresentou a figura de Tiradentes, que se tornou o mártir da república, a Bahia mostrou a ideia de república pensada por pessoas de diferentes setores da sociedade, como escravos, libertos e senhores de engenhos. Pernambuco e os territórios do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, por sua vez, trouxeram, junto com a república, ideais como liberdade de imprensa e religiosa, autonomia e federalismo, algo inovador no século XIX.

Através da pesquisa, descobriu-se, ainda que em resultados preliminares, o quanto a noção de república mexeu com os cidadãos brasileiros, que viam ela como um viés de “liberdade”, “independência”, dentre outros significados. A forma como a imprensa influenciou, desde aquela época, os rumos de debates políticos no Brasil também é outra característica positiva alcançada com os resultados deste trabalho.

Após esse estudo das ideias republicanas no Brasil, verifica-se o quanto o pensamento sobre o regime republicano era bastante divergente quando se focava em observar uma determinada localidade ou região. E

através desses estudos, podemos por exemplo, presenciar que a ideia de república em Minas Gerais ou Bahia, no século XVIII, e, comparando a isto, a ideia de república em 1824, nas “províncias do norte”, ou no Rio Grande do Sul, o objetivo (implantar uma república) era o mesmo, mas a perspectiva e os fatores que levaram a ter esse regime como meta eram diferentes. No primeiro exemplo, a revolta, a insatisfação, era como os rumos da coroa estavam realizando, sugando tudo o que podiam do Brasil, sem ter um olhar para o desenvolvimento da colônia; já em 1824, a perspectiva era em torno no aparato centralizador que o império estava impondo. Nessa mesma análise, podemos afirmar que a perspectiva dos militares ao proclamarem a república no Brasil em 1889, é outra totalmente diferenciada dos dois exemplos citados anteriormente. Isso pode ser notado - e é importante ressaltar - nas medidas adotadas após a implantação da república, ignorando ideias, por exemplo, defendidas por Pernambuco.

Também ficou perceptível o quanto a imprensa “respirou” a república. De fato, tivemos uma “tradição republicana”, iniciada muito cedo e que proporcionou uma gama de ideias a seu respeito. Frei Caneca, por exemplo, foi fundamental para a divulgação das ideias republicanas através da imprensa. Infelizmente essa tradição foi esquecida ao longo do tempo, por inúmeros motivos. A forma como a república foi implantada no Brasil, em 1889, contribuiu, certamente, para esquecermos esse antepassado republicano, pois, salvo algumas exceções, o restante foi ignorado por aqueles que se diziam amantes da república.

O objetivo principal da pesquisa delimitou em apontar como a república “invadiu” o Brasil, contribuindo para os debates dos estudos da História Política do país. A partir do momento que o novo regime começou a alcançar adeptos em todo o território nacional surge o grande dilema: de um lado, a elite com a esperança de assumir o poder, de conseguir ter a sua própria representação, como também as classes mais baixas que enxergavam na república a liberdade que tanto almejavam. Por outro, os governantes buscando que as ideias políticas não chegassem ao alcance de todos, criando meios jurídicos, como a criação de leis e decretos para impedir os debates em relação a esse tema. Não podemos esquecer de quem estava no exterior e contribuía para esse debate, enviando para o Brasil, obras, pasquins, manuscritos no geral, que discutiam essas “ideias sediciosas”. E se hoje a República do Brasil não segue fielmente as “leis do republicanismo”, este estudo procura resgatar a “tradição esquecida”, para que possamos corrigir certas tendências que são presenciadas em nossa república atualmente.

O estudo das fontes foi de extrema importância para a construção dessa pesquisa. As obras bibliográficas de diversos autores como Heloísa Starling, Lilia Schwarcz, Evaldo Cabral de Mello, entre outros, iluminaram a compreensão e possibilitaram novas visões a respeito da história do republicanismo no Brasil, ou melhor, em regiões específicas. A partir do momento que essa pesquisa propôs os estudos de vários territórios, proporcionou ao leitor a comparação entre elas, quem pensava de uma forma mais

“realista”, ou um pouco “utópica”, quem mais se aproximou com os ideais republicanos implantados em 1889.

Por fim, espera-se que esse trabalho tenha contribuído para os estudos da História Social, bem como da História Política brasileira. É necessário ressaltar que o objetivo aqui não foi agrupar toda a documentação e todo o contexto que envolveu a ideia de república no Brasil, destacando que lacunas ficaram abertas para serem preenchidas por futuras pesquisas, tanto da parte do autor, como de novos historiadores que desejam embarcar nessa história tão importante para a compreensão do ideal político brasileiro.

## Referências

AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA – ADIM (2016) v.11. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. **A Confederação do Equador**. Recife: Oficinas gráficas da Repartição de publicações oficiais, 1924.

BRASIL. Constituição (1824). Capítulo I – Da Administração, Art. 165, grifo nosso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 20/09/2019.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. In: MELO, Antônio Joaquim de (Org.). Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.

CODECEIRA, José Domingues. **A ideia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco**. Recife: Tipografia Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1894.

FERRAZ, Socorro. *Utopias Republicanas*. In: BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **República brasileira em debate**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 25-34.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: Estrutura e comportamentos sociais**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massagana, 1988.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massagana, 1989.

LUSTOSA, Isabel. *O Brasil entre duas américas: federalismo e unidade nacional*. In: LUSTOSA, Isabel (org.). **As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MELLO, Edvaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascotes, Pernambuco, 1666-1715**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, Leonardo Dantas. *A bandeira de Pernambuco*. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1990.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser Republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Sedição intentada na Bahia em 1798**. 2ª ed. Salvador: Edufba, 2016.

TAVORA, Franklin. *Os patriotas de 1817*. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1990.

TOLLENARE, Louis François. **Notas Dominicais**. Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818 238. Parte referente a Pernambuco. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

*Submissão: 18/09/2022*

*Aceite: 13/02/2023*